

20.maio.2021 – 13H45

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidades: Pró-Inclusão – Associação Nacional de Docentes de Educação Especial
Professor Joaquim Colôa

Recebidos por: Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva: Deputados António Cunha (PSD), Lúcia Araújo Silva (PS), Carla Madureira (PSD), Alexandra Vieira (BE) e Ana Mesquita (PCP).

Assunto: Acompanhamento e avaliação da aplicação do [Decreto-Lei n.º 54/2018](#), de 6 de julho e [Lei n.º 116/2019](#), de 13 de setembro.

Exposição: O Deputado António Cunha (PSD), Coordenador do [Grupo de Trabalho – Educação Inclusiva](#) (GT), que presidiu à reunião, deu as boas vindas às representantes da Pró-Inclusão – Associação Nacional de Docentes de Educação Especial e ao Professor Joaquim Colôa, ouvidos em videoconferência e lembrou a grelha de tempos para a audição.

As representantes da Pró-Inclusão, tendo presente a comunicação que se encontra disponível na audição, fizeram o enquadramento da Associação e referiram o seguinte, em síntese:

1. O quadro legal constante do [Decreto-Lei n.º 54/2018](#), de 6 de julho, é recente, tendo apenas 2 anos, que foram afetados pela pandemia, tendo no 2.º ano havido encerramento das escolas e ensino à distância;
2. Durante o período de suspensão das aulas presenciais, algumas comunidades educativas tiveram uma atividade de realce, enquanto outras tiveram mais dificuldade para acompanharem todos os alunos e para alocarem os recursos, o que teve como consequência o cansaço dos professores e dos alunos;
3. Verificou-se um grande desgaste da comunidade educativa;
4. A escola tem vindo a ser solicitada a mais papéis, além da educação formal e do ensino aprendizagem e o caminho requer tempo e persistência;
5. Estes são grandes desafios atuais e em contrapartida consubstanciam também oportunidades de mudança;
6. Há necessidade de clarificar os conceitos, para uniformização e de fazer a avaliação do processo, na operacionalização dos normativos;

7. Criar escolas inclusivas em todas as escolas, exige recursos;
8. A formação dos professores é fundamental.

O Professor Joaquim Colôa, tendo presente a comunicação que se encontra disponível na audição, indicou o seguinte, em síntese:

1. Verificam-se várias designações para estes alunos e uma retórica de inclusão, mais concentrada na atribuição de novos nomes e sempre com uns e outros;
2. Existe um processo com várias fases, não bem implementáveis;
3. As equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva cresceram;
4. Há dúvidas em relação aos centros de apoio à aprendizagem.

Intervieram depois as Deputadas Lúcia Araújo Silva (PS), Carla Madureira (PSD), Alexandra Vieira (BE) e Ana Mesquita (PCP), pronunciando-se sobre o assunto, referindo algumas medidas implementadas e colocando questões, nomeadamente sobre os recursos, a formação dos docentes e não docentes, a certificação dos alunos e a recuperação das aprendizagens.

As representantes da Pró-Inclusão referiram depois o seguinte, em síntese:

1. As escolas não têm os recursos ideais, mas há escolas que têm mais recursos e os resultados são menores do que os de outras escolas com menos recursos;
2. Há escolas que sentem a inclusão e que se preocupam até com a inclusão no mercado de trabalho;
3. É necessário mais do que os recursos palpáveis, para as escolas serem inclusivas;
4. Algumas escolas procuram recursos na comunidade;
5. A escola não é mais ou menos inclusiva em função dos recursos, tem a ver com uma postura;
6. A formação contínua dos professores tem tido um aumento exponencial, para os professores de educação especial e para os outros;
7. Há necessidade de se fazer uma procura de respostas conjuntas;
8. A Pró-Inclusão promoveu muita formação;
9. Defendem uma atenção especial para os professores e os técnicos, incluindo a nível de formação inicial;
10. Chamam à atenção para a formação e modelo de gestão em sala de aula;
11. Têm tido atenção aos alunos que não têm o português como língua materna;
12. Pedem mais ponderação nas formulações da lei, para não haver interpretações diferentes.

O Professor Joaquim Colôa indicou o seguinte, em síntese:

1. Há necessidade de atenção à distribuição de recursos;
2. A educação inclusiva deve afirmar-se como uma filosofia para a educação;
3. As definições refletem a compreensão e afetam a prática dos conceitos, as práticas;
4. É necessário qualificar os contextos locais, reorganizando-os segundo o conceito de desenho universal, que não pode ser só um complemento do currículo;
5. É preciso ter em conta as muitas turmas com alunos de várias nacionalidades e etnias;
6. A atenção à formação, inicial e contínua, é essencial;
7. Tem de haver um comprometimento dos financiamentos com as respostas para a inclusão e a distribuição de refeições é uma resposta remediativa.

A gravação da audição, bem como as comunicações das representantes da Pró-Inclusão e do Professor Joaquim Colôa estão disponíveis na [página da audição](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 20 de maio de 2021,

A assessora

Teresa Fernandes